

PODER

Benefício a Vorcaro causa controvérsia

Mendonça autoriza visitas de advogados do banqueiro sem gravação das conversas. Polícia Penal diz que exceção contraria regras de segurança dos presídios federais

» VANILSON OLIVEIRA
» ALÍCIA BERNARDES

Os advogados do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, fazem hoje a primeira visita ao empresário, que está **preso** na Penitenciária Federal de Brasília, investigado por um esquema bilionário de fraudes financeiras. A visita foi permitida pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF). O magistrado também autorizou que os encontros ocorram sem monitoramento de áudio ou vídeo, o que contraria as regras do presídio.

A Penitenciária Federal de Brasília possui 208 celas individuais e é uma das cinco unidades de segurança máxima do Brasil. Todos possuem como padrão de segurança monitorar os detentos, que são considerados de alta **periculosidade**. “Diante de tal conjuntura, acolhendo o pedido formulado pela defesa, determino à direção da Penitenciária Federal de Brasília que permita a realização de visitas dos advogados regularmente constituídos nos autos, independentemente de agendamento, sem a realização de qualquer tipo de monitoramento ou gravação por áudio e/ou vídeo”, diz a decisão.

Mendonça autorizou ainda que a defesa possa ter acesso ao local com a cópia dos autos e fazer anotações durante as visitas a Vorcaro. “Autorizo, ainda, o ingresso de cópias impressas dos autos e a possibilidade de os advogados tomarem notas escritas durante os encontros”, afirma outro trecho do documento.

Pedido

Daniel Vorcaro foi preso na semana passada, em São Paulo, e inicialmente encaminhado a uma unidade prisional estadual. Dois dias depois, na última sexta-feira, ele foi transferido para a penitenciária federal, em Brasília, onde permanece custodiado. Após a transferência, os advogados do banqueiro recorreram ao STF, solicitando que as visitas ao cliente não fossem monitoradas. O argumento é que a gravação das conversas violaria a garantia de comunicação reservada entre advogado e

Reprodução/Redes Sociais



Daniel Vorcaro cumpre detenção preventiva no Presídio Federal de Brasília, no Complexo da Papuda

Preventiva

Daniel Vorcaro cumpre prisão preventiva ordenada pelo ministro André Mendonça para que não obstrua as investigações das fraudes cometidas por ele e seus aliados.

Líderes do PCC

Além de Daniel Vorcaro, no Complexo da Papuda estão detidos, por exemplo, o líder do Primeiro Comando da Capital (PCC), Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, entre outros chefes da facção.

cliente, considerada essencial ao direito de defesa.

O **Correio** conversou com Pierpaolo Bottini, um dos advogados que forma o corpo jurídico na defesa do banqueiro. Ele confirmou que o encontro ocorrerá hoje.



É importante destacar que o Sistema Penitenciário Federal foi estruturado para a custódia de presos com perfil específico, cuja periculosidade e capacidade de articulação exigem regime disciplinar rigoroso e protocolos de segurança estritos e padronizados”

Trecho da nota da Polícia Penal Federal

STF pode abrir precedentes para que ocorram novos pedidos como esse. A Polícia Penal Federal (PPF), por meio da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), manifestou preocupação diante da permissão do STF.

“É importante destacar que o Sistema Penitenciário Federal (SPF) foi estruturado para a custódia de presos com perfil específico, cuja periculosidade e capacidade de articulação exigem regime disciplinar rigoroso e protocolos de segurança estritos e padronizados”, disse a nota.

A Senappen afirmou ainda que vai cumprir a determinação do Supremo, mas alertou que mudanças nos procedimentos operacionais que sustentam o funcionamento do sistema são vistas com preocupação, pois podem comprometer diretamente o padrão de segurança adotado pelo SPF.

“Diante desse cenário, a Senappen avaliará as medidas administrativas e judiciais cabíveis no âmbito da gestão da custódia, de modo a resguardar as finalidades, os procedimentos e os protocolos de segurança que estruturam o Sistema Penitenciário Federal”, enfatizou.

Questionado sobre a possibilidade de delação premiada, desconfiou. O jurista também evitou falar sobre o estado emocional do seu cliente.

A flexibilização das regras de monitoramento de Vorcaro pelo

Habeas corpus a ex-sócio do Master

Luiz Silveira/STF



Mendonça justifica garantia constitucional contra autoincriminação

(CGU) constataram violações dos termos do acordo por meio das quais foram aplicados descontos indevidos. Criado na Bahia, esse serviço era chamado de CredCesta, um cartão de crédito com desconto direto no salário de funcionários

públicos, modalidade que o banqueiro Lima conseguiu a liberação do governo do estado para explorar.

Essa linha foi gestada pelo governo daquele estado e tinha como objetivo oferecer vantagens na compra de alimentos em

mercados. O produto, no entanto, foi privatizado e caiu nas mãos de executivos do Master.

Um processo administrativo do INSS identificou, em novembro do ano passado, um cenário de irregularidades sistemáticas nas operações de crédito da instituição financeira.

O documento, enviado para a presidência do INSS pela Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão e pelos coordenadores de pagamento e gestão de benefícios, afirma que o Master deixou de apresentar 251.718 documentos para comprovar contratos de crédito consignado firmados. Trata-se de 74,3% de um universo de 338.608 acordos que o banco relatou ter celebrado com beneficiários da Previdência entre outubro de 2021 e setembro de 2025.

“A análise técnica empreendida demonstrou que o Banco Master S.A promoveu uma expansão agressiva de sua carteira de crédito nos últimos exercícios, resultando em um número expressivo de averbações desprovidas do devido lastro documental e sem a observância dos requisitos de segurança exigidos”, descreve o relatório.

O Master tinha apenas um consignado com beneficiários do INSS até novembro de 2022. Em dezembro, subiu para mais de 100 mil consignados.

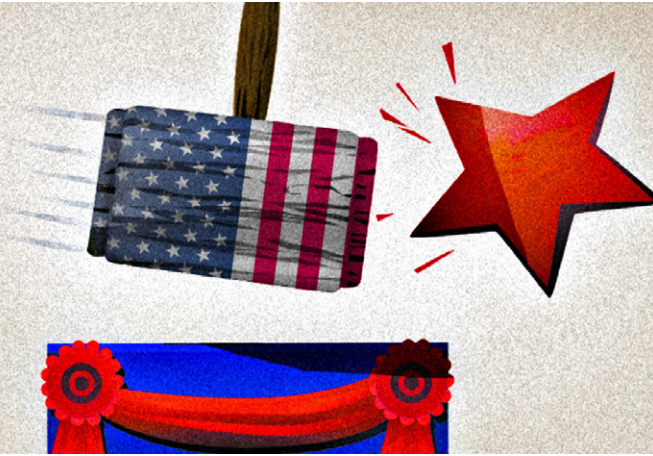
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Novo cenário mundial pode complicar ainda mais a reeleição de Lula

Até poucas semanas atrás, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva parecia navegar em céu de brigadeiro no cenário internacional. A política externa brasileira recuperara protagonismo, a economia apresentava crescimento razoável e o governo apostava na estabilidade de suas relações com os Estados Unidos para sustentar sua narrativa eleitoral de continuidade. A guerra entre Estados Unidos e Irã, porém, alterou abruptamente esse quadro. O bloqueio do Estreito de Ormuz e a escalada militar no Oriente Médio introduziram um fator de incerteza geopolítica que começa a repercutir diretamente na política interna brasileira e pode complicar o projeto de reeleição de Lula.

A guerra no Golfo Pérsico elevou rapidamente os preços do petróleo no mercado internacional, que chegou a ultrapassar a casa dos US\$ 100 por barril, patamar significativamente superior à média de cerca de US\$ 70 registrada antes do conflito. O Estreito de Ormuz, cuja circulação foi afetada pela guerra, é um dos principais gargalos do comércio mundial de energia, por onde passa aproximadamente um quarto de todo o petróleo transportado globalmente. Embora as cotações tenham recuado após declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sugerindo que o conflito poderia estar próximo do fim, os preços continuam elevados e sujeitos a forte volatilidade. Essa instabilidade já é suficiente para alterar expectativas econômicas e produzir efeitos políticos.

No Brasil, os primeiros reflexos começaram a aparecer nos combustíveis. Dados recentes indicam que a gasolina e o diesel tiveram pequenas elevações no início de março. Ainda que os aumentos sejam moderados, eles sinalizam o início de uma tendência potencialmente mais forte caso a guerra se prolongue. O problema é que o impacto do petróleo na economia brasileira não ocorre apenas no preço da gasolina. O diesel, base do transporte rodoviário, é um componente central da cadeia logística nacional e afeta diretamente o custo do frete, dos alimentos e da distribuição de mercadorias. A turbulência internacional também traz riscos macroeconômicos mais amplos: desacelerar o crescimento global e elevar a inflação em diversas economias.

É uma armadilha econômica para o governo. O Brasil é grande produtor e exportador de petróleo, mas continua dependente da importação de derivados, especialmente diesel. Isso significa que, em um cenário de preços internacionais elevados, a pressão inflacionária acaba chegando ao consumidor brasileiro. A Petrobras dispõe hoje de alguma margem de manobra para suavizar reajustes por que abandonou, em 2023, a política de paridade plena com os preços internacionais. Ainda assim, essa capacidade é limitada. Se o barril permanecer acima de US\$ 100 por um período prolongado, o repasse aos consumidores torna-se praticamente inevitável.

Flanco diplomático

Nas eleições, o comportamento da inflação costuma ser um dos fatores mais decisivos para o humor do eleitorado. O governo vinha apostando no argumento da recuperação econômica e da melhoria gradual da renda como base de sustentação para a campanha de reeleição. Um choque inflacionário pode comprometer essa narrativa. Além da inflação, existe um risco político adicional: a pressão do setor de transportes. A elevação do diesel historicamente provoca reações entre caminhoneiros, grupo que demonstrou enorme capacidade de mobilização desde a greve nacional de 2018. Uma crise logística poderia rapidamente se transformar em munição política para a oposição.

A mudança no cenário internacional também abriu um flanco diplomático delicado. Nos Estados Unidos, setores do governo discutem a possibilidade de classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas estrangeiras. A proposta, defendida por integrantes do Departamento de Defesa americano, baseia-se na tese de que essas facções mantêm conexões com redes transnacionais, inclusive no Oriente Médio. Caso a medida avance, suas implicações políticas serão profundas.

A classificação como organizações terroristas ampliaria o alcance das sanções financeiras e da cooperação internacional contra esses grupos. Mais do que isso, colocaria o Brasil no centro de uma narrativa internacional sobre crime organizado transnacional e fragilidade institucional. Em plena disputa eleitoral, esse tipo de enquadramento poderia alimentar o discurso de adversários do governo de que o país perdeu capacidade de controle sobre o crime organizado.

O Itamaraty e o Ministério da Justiça atuam nos bastidores para evitar que a decisão seja tomada antes de um eventual encontro entre Lula e Trump. Outro episódio que ilustra o impacto da nova conjuntura internacional ocorreu na política regional. Lula decidiu cancelar sua participação na posse do novo presidente do Chile, José Antonio Kast, líder conservador alinhado à direita latino-americana. A decisão evitou um possível encontro público com o senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato à Presidência e principal adversário do petista.

A MUDANÇA NO CENÁRIO INTERNACIONAL ABRIU UM FLANCO DIPLOMÁTICO DELICADO. NOS EUA, DISCUTE-SE A POSSIBILIDADE DE CLASSIFICAR O PCC E O CV COMO ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS